

A EXIBIÇÃO NÃO COMERCIAL DE CINEMA EM PORTUGAL: PROCEDIMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA BASE DE DADOS

Luísa Barbosa, *Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

e Fundação Francisco Manuel dos Santos

José António Cunha, *Universidad Complutense de Madrid*

Helena Santos, *Faculdade de Economia da Universidade do Porto*

Resumo: A exibição de cinema não comercial é, pela sua própria natureza, uma fração minoritária da globalidade da exibição de cinema em Portugal.

Contra esta dinâmica destaca-se a ação pública – designadamente do Instituto do Cinema e Audiovisual, da Cinemateca Portuguesa e de alguns municípios. Esta ação, apesar de essencial, é insuficiente para uma exibição de cinema regular, alargada ao território nacional, mesmo contando com a atividade independente de várias estruturas no sentido de fomentar uma alternativa à exibição comercial. A exibição não comercial resulta numa pulverização muito irregular e localizada da oferta de cinema, com um carácter invisível e muitas vezes não institucionalizado que dificulta a afirmação de um “verdadeiro” circuito alternativo de cinema.

Reflexo da invisibilidade e informalidade predominantes neste setor é a ausência de conhecimento sobre estes agentes culturais, quer relativo à sua identificação, quer de carácter estatístico. Uma leitura crítica das estatísticas oficiais evidencia a sua falta de aderência à realidade.

Este artigo pretende, assim, expor os procedimentos teórico-metodológicos levantados na produção de dados empíricos e que resultaram na construção de uma base de dados sobre os agentes de exibição não comercial de cinema em Portugal.

Palavras-chave: Exibição não comercial de cinema, associativismo cultural, cineclubes, base de dados, metodologias quantitativas

Email: aluisabarbosa@gmail.com

Enquadramento e objetivos de estudo

Esta apresentação enquadra-se num estudo sobre a exibição não comercial de cinema em Portugal e no âmbito de uma tese de mestrado em curso na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Apesar da importância que, na União Europeia, se vem consagrando à acessibilidade audiovisual e cinematográfica – quer através da política de digitalização dos ecrãs e de arquivo digital, quer através de incentivos à distribuição e à exibição de filmes menos comerciais, quer ainda à aproximação geográfica da oferta à potencial procura – o problema da exibição fora dos circuitos comerciais permanece pouco estudado. Por maioria de razão, em Portugal o conhecimento, em termos da sua extensão e sobretudo da sua importância e papel no circuito da exibição de cinema é limitado. Genericamente, cremos poder afirmar que, em muitas localidades onde o

cinema não chega regularmente, os exibidores não comerciais são a única ligação das populações com o cinema. Por outro lado, festivais e outros eventos cinematográficos regulares constituem, em meios centrais (onde o cinema comercial se encontra presente), os contextos de possibilidade de contacto com obras e autores artística e historicamente consagráveis, consagrados, ou mesmo já patrimoniais ("clássicos").

A exibição não comercial de cinema é uma fração minoritária da globalidade do circuito de exibição em Portugal, como na maioria dos países europeus. Contra esta dinâmica e no sentido de fomentar uma alternativa à exibição comercial, destaca-se a ação de alguns organismos públicos, como o Instituto de Cinema e Audiovisual (ICA), a Cinemateca Portuguesa e algumas entidades municipais; e ainda a atividade de algumas estruturas associativas (em que os cineclubes têm um papel muito importante, mas longe de exclusivo), com uma lógica de funcionamento mais informal, menos estruturada e institucionalizada e, naturalmente, mais invisível, o que dificulta a afirmação de um “verdadeiro” circuito alternativo.

Neste contexto, proceder a um esforço empírico de identificação dos múltiplos circuitos de exibição não comercial afigura-se uma operação essencial ao conhecimento sobre o cinema em Portugal. Esta perspetiva é, de resto, partilhada pelo próprio ICA, envolvido nesta investigação desde o seu início.

Assim, este estudo procura constituir-se um ponto de partida para a produção de dados empíricos até hoje desconhecidos e, portanto, para um conhecimento sistematizado sobre as características e as condições e lógicas de atuação e funcionamento do circuito alternativo da exibição. Este, designado no singular por comodidade, é, na verdade extremamente disperso, internamente muito diversificado – em termos de localizações, tipologias de agentes, longevidades, regularidades, géneros, objetivos, equipamentos, etc. –, e por isso, antes mesmo da sua caracterização, deparamos com um domínio muito desigual na possibilidade da sua identificação, que escapa às estatísticas oficiais sobre o cinema.

Estas características conduziram-nos à construção de um dispositivo metodológico e técnico complexo, que pudesse garantir a fiabilidade da informação a recolher, em termos do seu respeito pelo universo em causa e da qualidade dos dados finais como elementos de uma base de informação capaz de gerar uma primeira delimitação do universo da exibição não comercial de cinema. Neste sentido, uma metodologia de pendor qualitativo, constituída pela identificação de um conjunto de agentes de exibição diversos (e geograficamente distribuídos), que seriam objeto de

estudos de caso, recorrendo a entrevistas e à recolha e tratamento documental, afigurou-se-nos, por um lado, demasiado limitada no seu alcance (com grandes dificuldades de validação de uma parte menos visível dos casos), e, por outro, desequilibrada em termos da economia do estudo, já que o tempo e as condições necessárias se apresentavam demasiado pesados.

Tendo optado pelo esforço de identificação do campo da exibição não comercial como um todo, fomos desenvolvendo um dispositivo metodológico que nos possibilitou um processo de sucessivo afinamento e progressiva validação, até à construção de uma amostra consistente para poder ser objeto de caracterização pormenorizada e suporte para ação¹. É a realização de uma parte desse dispositivo de operacionalização que aqui apresentamos.

Na prática, trata-se de dar conta das operações que sustentaram a construção da base de dados, em especial das opções metodológicas tomadas e das dificuldades encontradas ao longo do processo de levantamento dos agentes até à definição da amostra para a aplicação do inquérito.

A 1.^a construção do objeto: levantamento das entidades e caracterização da base de dados

Desde o início que fomos confrontados com a necessidade de clarificar e fechar o nosso objeto concreto de estudo, condição para a construção de uma base de dados fidedigna e fiável.

O primeiro levantamento partiu de uma consulta às entidades registadas na Federação Portuguesa de Cineclubes (que representa algumas entidades do setor) e no ICA, e resultou na identificação de cerca de 50 entidades.

Dada a pequena dimensão e a representatividade questionável destas fontes, e sabendo que muitas destas entidades utilizam a Internet como meio de divulgação das suas atividades, através de *sites* e redes sociais, tornou-se fundamental o recurso à internet para continuarmos o levantamento. Essa pesquisa foi então realizada, durante o

¹ Este estudo tem duas grandes metas: a criação de uma base de dados a partir do levantamento dos agentes culturais que constituem o circuito de exibição não comercial; e a construção de um inquérito por questionário a aplicar a uma amostra daqueles agentes, através de uma plataforma *online*, entre outubro e dezembro de 2015 (para a recolha pormenorizada dos dados de caracterização sobre dos agentes e das suas ações, desde as atividades de exibição cinematográfica que desenvolvem, aos seus recursos humanos e financeiros, à relação com o mercado de distribuição e às parcerias que realizam).

ano de 2014, para cada um dos 308 municípios de Portugal, utilizando o Google, e tendo-se criado cerca de 10 palavras-chave². Essa pesquisa foi complementada pela consulta de agendas culturais, em particular para Lisboa e para o Porto.

Identificámos mais de 550 entidades ou ocorrências de cinema (quando não era possível identificar o agente responsável), que foram registadas numa base de dados Excel. O único elemento comum a estas entidades era o facto de terem realizado alguma atividade de exibição de cinema, sem um período temporal delimitado, facto que tornava discutível a sua importância para o circuito de exibição não comercial, levando, assim, à necessidade de se definirem, posteriormente, critérios mais sólidos que permitissem caracterizar estas entidades para termos uma “visão global” deste universo.

Passámos então a uma primeira caracterização das entidades recenseadas. Para além da recolha de dados genéricos que atravessaram todo o processo³, esta fase centrou-se essencialmente no estatuto jurídico da entidade, nas atividades principais realizadas e na caracterização da atividade de exibição.

O estatuto jurídico da entidade mostrou-se relevante para a própria delimitação do objeto de estudo, que pretende apenas considerar as associações e outras entidades sem fins lucrativos⁴. As categorias foram sendo refinadas à medida que avançávamos na caracterização. Com maior expressividade numérica, registaram-se cineclubes, associações diversas, cooperativas e fundações. Com menor peso, identificaram-se câmaras municipais, juntas de freguesias e alguns programas públicos que ocorreram num determinado período. Foram recenseadas ainda várias instituições de ensino, desde universidades, departamentos universitários, escolas e associações dentro destas instituições que se dedicam exclusivamente à exibição de cinema, como os cineclubes universitários e escolares.

Relativamente às atividades principais das entidades, procurou medir-se o grau de especialização e de comprometimento da entidade com o cinema, através do apuramento de duas variáveis: uma que identifica se a entidade desenvolve uma ou mais atividades e outra que identifica a atividade principal.

² Tais como “cinema”, “associação de cinema”, “cineclube”, “filme”, “festival de cinema”, “mostra de cinema”, “sessão de cinema”.

³ A localização, os contactos, a sua situação atual em termos de atividade, isto é, perceber se a entidade estava ativa ou não.

⁴ Não obstante, nesta fase não se excluiu nenhuma entidade que compõe o circuito de exibição não comercial, quer pública - como câmaras municipais e juntas de freguesia - quer privada - cineclubes, associações diversas, cooperativas e fundações. Ainda assim, dada a necessidade de normalizar internamente a amostra, optaremos por excluir do estudo as entidades públicas.

Sobre a exibição de cinema, dividimos as entidades em dois grupos distintos, mas não exclusivos: umas que promovem uma exibição contínua ao longo do ano e outras que realizam eventos de cinema como festivais, mostras ou ciclos.

No primeiro grupo, identificou-se a data da última sessão realizada e dividiram-se as entidades em exibição “frequente” e “não frequente”⁵.

No segundo grupo, registou-se uma grande diversidade de eventos, de exclusivamente cinematográficos a multidisciplinares, desde que tivessem alguma componente de exibição cinematográfica. Registou-se o número de edições realizadas e a sua regularidade; e distinguiu-se festival, mostra e ciclo.

Esta variável (tipo de evento) foi a que se revelou mais complexa. Para a definição de festival seguimos um dos critérios de elegibilidade do ICA para obter apoio financeiro, que é o evento ter pelo menos uma secção competitiva. Quanto às mostras e ciclos, e após auscultarmos o ICA, percebemos que não havia uma distinção clara entre ambos, tendo-se, assim, optado por agregar as duas categorias. No entanto, o processo de classificação permaneceu complexo.

O primeiro problema que se levantou foi o da imprecisão, por vezes existente, na designação dos eventos, o que nos levou a não podermos classificar automaticamente os eventos pela sua designação⁶, exigindo um processo de pesquisa mais longo e de tentativa e erro.

O segundo problema que se levantou foi o de distinguir as entidades que realizam mostras e ciclos integrados numa programação contínua ao longo do ano das que os realizam habitualmente uma vez por ano, com uma programação mais intensa e concentrada num curto período e que assumem, por essa razão, um carácter mais próximo de um evento.

Após a análise de algumas situações, foi identificada uma tendência para um maior destaque ao número da edição, no caso em que as mostras e ciclos assumiam um pendor mais próximo de um evento, algo praticamente inexistente no caso das entidades com uma exibição contínua. Desta forma, adotou-se o critério da numeração das edições para distinguir estes dois tipos de entidades.

⁵ Considerou-se razoável definir como exibição frequente a realização de um mínimo de 10 sessões num ano, o que corresponde a uma média de quase uma sessão mensal. No entanto, este critério não pôde ser assumido de uma forma rígida, pela dificuldade em quantificarmos o número exato de sessões, pela pesquisa na internet, e pela volatilidade da atividade associativa, que leva a que a intensidade e a frequência da exibição possam variar muito de um ano para o outro.

⁶ A título de exemplo, a Festa do Cinema Italiano, apesar de ser um festival, não tem essa designação. O Festival de Cinema Checo é uma mostra e não um festival.

Este processo de classificação foi aplicado a cerca de 36% das entidades registadas na base de dados. Dado o volume de entidades caracterizadas, analisaram-se alguns dados que mostraram a necessidade de efetuar alguns ajustamentos no processo de classificação.

Entrámos assim numa segunda fase de operacionalização, que orientou a classificação das restantes entidades e obrigou à reclassificação das já caracterizadas.

A primeira necessidade sentida foi a de refinar a variável frequência da exibição. A dicotomização “frequente” e “não frequente” revelou-se uma categorização “grosseira” e muito abrangente. Das 110 entidades com uma exibição contínua ao longo do ano, mais de metade não tinha uma exibição frequente, ou seja, realizou menos de 10 sessões anuais, pelo que se tornou necessário afinar este subuniverso. Assim, procurou distinguir-se entre as que tinham uma exibição muito esporádica e pontual, que ocorre, geralmente, para complementar uma outra atividade da entidade, e as que tinham um número de exibições próximo das 10 sessões anuais e que assumiam uma importância maior ou menor em função da oferta de cinema disponível na região. Uma “exibição pouco frequente” pode ter uma importância fundamental e até maior nas pequenas cidades e no interior de Portugal, onde o acesso ao cinema é limitado, do que entidades com uma atividade de exibição equiparada ou até mais frequente, se localizadas nos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto.

Quanto às entidades com exibição frequente, procurou identificar-se a regularidade das sessões.

Uma outra variável que se tornou importante foi a de identificação da responsabilidade da programação de cinema. Com efeito, deparámos muitas vezes com iniciativas conjuntas de várias entidades, o que revela a importância que as parcerias têm para as associações poderem desenvolver as suas atividades. Tornou-se por isso essencial compreender qual o papel de cada entidade na definição da programação, de forma a serem evitadas duplas contabilizações. A este propósito, destacamos três exemplos ilustrativos da diversidade de situações encontradas.

A mais comum foi aquela em que o espaço ou a entidade que acolhe as sessões não é coincidente com a entidade programadora, atribuindo-se, muitas vezes, nas notícias consultadas na internet, um maior destaque ao local de exibição, em particular quando as sessões ocorrem em equipamentos públicos, o que dificulta a identificação da

entidade programadora⁷. A segunda situação é aquela em que as entidades, quando não ligadas ao cinema, pretendem desenvolver sessões relacionadas com a área principal em que atuam, “encomendando” a programação a outras entidades ligadas ao “setor”⁸. Uma última situação é o caso das extensões de festivais, em que são mencionadas várias entidades como promotoras do evento, não sendo evidente se a responsabilidade da programação é apenas da entidade que realiza o festival ou se se é partilhada com a entidade que acolhe a extensão⁹.

Com este tipo de processos de ajustamento, foi possível obter uma base para a construção de uma amostra que identificaria as entidades de exibição a conhecer detalhadamente.

Delimitação da amostra para inquirição

Com a base de dados, passámos à fase de definição dos critérios de inclusão e exclusão das entidades na amostra.

Este processo foi trabalhado a partir dos dois grupos distintos de entidades registadas: as que promovem uma exibição contínua ao longo do ano; e as que realizam eventos de cinema.

No primeiro grupo, várias decisões operacionais foram sendo tomadas, através de um processo que inclui a discussão dos critérios a considerar (nomeadamente com alguns agentes e o ICA):

- Excluíram-se as entidades inativas ou com atividade suspensa há mais de 5 anos;
- Excluíram-se as entidades que não tinham responsabilidade na definição da programação de cinema, ou seja, que eram apenas espaço de acolhimento ou entidade promotora ou de financiamento.
- Excluíram-se todas as entidades que exibem pontual ou ocasionalmente.
- Quanto ao estatuto jurídico, incluíram-se todas as instituições sem fins lucrativos, como cineclubes, associações, cooperativas e fundações, e ainda os cineclubes universitários, pela importância que estes últimos têm vindo a assumir na definição de uma rede de exibição não comercial, não se limitando ao

⁷ É o caso da Zero em Comportamento, com sessões de cinema infantil em vários espaços e equipamentos municipais.

⁸ Por exemplo, a Ordem dos Advogados, que fez um ciclo sobre justiça no cinema e encomendou a programação ao Cineclube do Barreiro.

⁹ Como acontece com a extensão da Festa do Cinema Italiano no Porto, realizada em parceria com o cineclube local.

público universitário. Excluíram-se: as instituições de ensino superior, como universidades e departamentos universitários, pelo facto de as exhibições de cinema estarem muitas vezes associadas a outras atividades das entidades, tais como encontros e seminários científicos; e as escolas e os cineclubes escolares, pelo carácter volátil e pontual das suas exhibições, que pode variar muito de um ano letivo para o outro. Nesta fase, foram excluídas da amostra as entidades públicas, restringindo o seu objeto à sua especificidade própria: as instituições privadas sem fins lucrativos que constituem a porção mais “invisível” deste setor e, por essa razão, a principal justificação deste estudo¹⁰.

A tabela 1 sintetiza estas operações.

Tabela 1 – Critérios de delimitação das entidades que promovem uma exibição contínua ao longo do ano

	Inclusão	Exclusão
Situação perante a atividade	Ativas Com atividade suspensa há menos de 5 anos	Inativas Com atividade suspensa há mais de 5 anos
Responsabilidade da programação	Responsáveis pela programação	Parceiros não responsáveis pela programação
Frequência da exibição	Pouco frequente Frequente	Pontual/ocasional
Estatuto jurídico	Cineclubes, associações, cooperativas e fundações	Entidades públicas Instituições de ensino superior Escolas e cineclubes escolares
Financiamento	Financiadas pelo ICA	

Relativamente às entidades que realizam eventos, os procedimentos foram formalmente idênticos:

- Excluíram-se as entidades que não tinham responsabilidade na definição da programação de cinema;
- Quanto à temática principal, uma vez que se registaram os eventos que tivessem alguma componente de exibição, foram identificados vários tipos de eventos:

¹⁰ Ver nota 4.

- exclusiva e/ou principalmente cinematográficos e que privilegiam um tipo de filmes, como o cinema de animação ou cinematografias de outros países¹¹;
- exclusiva ou principalmente cinematográficos, mas cuja programação está focada numa determinada área ou tema, seja cultural ou desportiva¹²;
- cinema enquanto atividade secundária¹³;
- cinema integrado em eventos multidisciplinares, assumindo uma importância maior ou menor consoante os respetivos casos¹⁴.

Foram então excluídos todos os eventos que tivessem o cinema como componente secundária e, no caso dos eventos multidisciplinares, mediu-se a maior ou menor importância do cinema para a sua inclusão ou exclusão da amostra, embora sempre com a consciência, para estas situações, de que esta decisão pode incorrer nalguma variabilidade difícil de aferir nesta fase.

- Relativamente ao estatuto jurídico, optou-se por incluir todos os festivais, mostras e ciclos, independentemente de terem sido realizados pelo setor privado não lucrativo ou pelo setor público. Com efeito, o levantamento dos eventos cinematográficos foi quase exaustivo e não faria sentido excluir festivais relevantes no panorama nacional pelo facto de serem realizados por entidades públicas.
- Por fim, considerou-se o ano da última edição, em função do número de edições realizadas. Com efeito, uma das componentes do estudo relaciona-se com as razões que levaram à interrupção/suspensão dos eventos com uma importância consolidada no circuito dos festivais e mostras. Assim, incluíram-se todos os eventos suspensos desde 2010, desde que tivessem pelo menos duas edições realizadas, e os eventos suspensos desde 2013, se tivessem apenas uma edição.

A tabela 2 sumariza a informação.

¹¹ É o caso, respetivamente, do Cinanima, Festival de Cinema de Animação de Espinho, e da Festa do Cinema Francês.

¹² Como, por exemplo, o Festival ART&TUR, Festival Internacional de Filmes de Turismo e o Surf at Lisbon Fest, respetivamente.

¹³ Por exemplo, o FMM Sines, Festival de Músicas do Mundo.

¹⁴ Veja-se o Curtas e Gastronomia.

Tabela 2 - Critérios de delimitação das entidades que realizam eventos

	Inclusão	Exclusão
Responsabilidade da programação	Responsáveis pela programação	Parceiros não responsáveis pela programação
Temática do evento	Cinema enquanto atividade exclusiva ou principal Eventos multidisciplinares em função da maior ou menor importância que o cinema assume Frequente	Cinema enquanto atividade secundária
Estatuto jurídico	Cineclubes, associações, cooperativas e fundações Cineclubes universitários Entidades públicas Instituições de ensino superior	Escolas e cineclubes escolares Instituições de ensino superior
Situação atual do evento	Ativos Suspensos desde 2010 e com pelo menos 2 edições Suspensos desde 2013 e com 1 edição	Inativos Suspensos antes de 2010 e com pelo menos 2 edições Suspensos antes de 2013 e com 1 edição
Financiamento	Financiadas pelo ICA	

Por fim, importa dizer que, independentemente dos critérios descritos, todas as entidades ou eventos que tivessem sido apoiados pelo ICA em algum momento foram automaticamente incluídos, uma vez que essa condição é central para a definição dos agentes. Além disso, em casos de dúvida, foram consideradas na amostra as entidades sobre as quais não foi possível apurar informação suficiente sobre a atividade de exibição, dado o desconhecimento existente sobre o objeto de estudo e sob pena de podermos estar a excluir entidades relevantes para uma caracterização do “setor”.

Considerações finais

O objetivo de conhecer a exibição não comercial de cinema em Portugal constitui um desafio muito interessante (também noutros países). Trata-se de um campo minoritário da exibição de cinema, em grande parte invisível, porém socioculturalmente essencial para compreender a relação com o cinema e as modalidades do acesso ao mesmo. Revelou-se, acima de tudo, um complexo desafio metodológico e técnico, e apresentámos aqui os principais procedimentos da construção do dispositivo para a identificação do campo que intentamos conhecer.

Esse dispositivo permitiu dispor de um levantamento sólido (controlado) das entidades de exibição alternativa de cinema e gerar uma base de dados – não universal, mas sólida nos sucessivos testes à sua operacionalização. A partir dessa base, foi possível conceber uma amostra, que nos servirá então para realizar o trabalho de caracterização aprofundada, com garantias de abrangência da diversidade em causa, mas ao mesmo tempo assegurando a comparabilidade entre os agentes envolvidos. Foi destas fases que aqui demos conta.

A caracterização do circuito de exibição (no singular por comodidade, pois na prática falamos de diversos circuitos) será implementada através de um inquérito por questionário, cuja escolha metodológica, assim como, necessariamente, a sua construção e aplicação técnica estendem a importância de uma permanente interação (crítica) entre o problema a estudar, a construção do objeto e os objetivos do estudo. É esta interação que, esperamos, permitirá, no caso concreto, obter um conhecimento controlado, rigoroso e instrumental sobre este domínio ainda tão desconhecido.